



IDENTIDADES E FRONTEIRAS NO IMPÉRIO ROMANO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3507

Alex Aparecido da Costa, UEM

Renata Lopes Biazotto Venturini, UEM

Resumo

O mundo mediterrâneo caracteriza-se como um espaço de profundos e variados intercâmbios ao longo de sua história. As relações culturais que ali se desenvolveram foram marcadas por aproximações e distanciamentos. Para estudar esses processos são relevantes os conceitos de identidade e fronteira. Trata-se de noções interdependentes, pois a identidade, seja ela pessoal ou comunitária, constrói-se sobre múltiplos elementos culturais, ficando mais evidentes em espaços de fronteiras, sejam rígidas, ligadas a aspectos geográficos ou adaptáveis, alinhadas a elementos culturais. Nesse sentido, o objetivo dessa comunicação é discutir a identidade como construção social ocorrida em processos de inclusão e exclusão desempenhando papel importante na compreensão de comunidades e de suas atitudes no Império Romano. Da mesma forma, buscaremos apresentar a ideia de fronteira no contexto imperial, não limitado ao sentido tradicional de barreira ou limite geográfico, mas também como espaço de contatos, acessos e consensos; ambientes, tanto físicos quanto mentais, em que eram forjadas estratégias de convívio, de identidades e alteridades. A análise dessas ideias indica sua pertinência para o tema proposto, já que no caso do conceito de identidade temos o envolvimento de trocas culturais, relações de poder e negociações entre centro e periferia. Igualmente, o conceito de fronteiras também favorece essa abordagem, pois fronteiras são locais de ambiguidade e conciliações, onde ocorrem construções de identidades e reestruturação de alteridades. Ou seja, ambos os conceitos abordam questões presentes no contexto do Império Romano.

Palavras Chave:

Alteridade;
interdependência;
relações culturais;
relações de poder.

Introdução

O mundo mediterrâneo caracteriza-se como um espaço de profundos e variados intercâmbios ao longo de sua história. As relações culturais que ali se desenvolveram foram marcadas por aproximações e distanciamentos. Para estudar esses processos são relevantes os conceitos de identidade e fronteira. Trata-se de duas noções próximas e às vezes interdependentes, pois a identidade, seja ela pessoal ou comunitária, constrói-se sobre múltiplos elementos culturais, ficando mais evidentes em espaços de fronteiras rígidas ou adaptáveis (FRIGHETTO; LEME, 2016, p. 50). Como trataremos aqui do contexto imperial romano, notadamente marcado pelas relações do Mediterrâneo Antigo, devemos destacar aqui as discussões sobre esses dois conceitos na historiografia do período. Para Guarinello (2010, p. 116-117) identidade é uma construção social que ocorre em processos de inclusão e exclusão, desempenhando papel importante na compreensão de comunidades e de suas atitudes no Mundo Antigo. A partir desta noção, o autor destaca que, em razão da diversidade de culturas o Império Romano é entendido como espaço de negociação de múltiplas identidades. Nesse sentido, ao apresentarmos aqui as identidades gregas e romanas, devemos ressaltar seus aspectos provisórios e em constante mudança em razão dos contatos entre si e com outras identidades presentes no mundo mediterrâneo.

Objetivos

Nas relações culturais que ocorriam no Mediterrâneo Antigo a identidade grega mostrou-se bastante adaptável. Segundo Woolf (1994, p. 131) a cultura helenística, por suas características variadas e flexíveis, viu como bem vindas as transformações

materiais e políticas trazidas pelo Império Romano para suas cidades, inclusive sem considerá-las como graves riscos para sua identidade. Em função dessa diversidade o autor enfatiza que o helenismo era um fator de atração para indivíduos de outras culturas, que assumiam a identidade grega por meio de formas variadas como a adoção de cultos ou da língua, de maneira que não é possível estabelecer um critério único e característico dessa identidade (WOOLF, 1994, p. 128-129).

Ainda assim, é possível apontar alguns aspectos da identidade grega no período imperial: vida urbana com a participação nas instituições da política, da religião e do ócio no mundo cívico; aquisição dos valores gregos por meio do contato com escolas oradores e filósofos; superação da origem étnica em favor da opção cultural como fator de caracterização; apego aos modelos culturais e linguísticos e a memória do passado grego do período Clássico (GUARINELLO, 2009, p. 155). Em linhas gerais era essa a identidade grega que havia se espalhado pelo Oriente desde as primeiras colonizações nas margens do Egeu e depois com mais força e maior difusão no período helenístico. Não é possível afirmar até que ponto essas características eram assumidas pelos habitantes do Oriente na época do Império, porém a identidade grega, associada à romana, era o canal necessário para a aquisição de prestígio e para a participação nas instituições políticas das cidades, prevalecendo, por isso, entre os membros da elite na vida pública (GUARINELLO, 2009, p. 156).

A identidade romana no período imperial é marcada pela multiplicidade e por ser um processo em constante mutação, impossibilitando o estabelecimento de uma concepção definitiva do que era ser romano. Por isso, as noções a respeito dela podem ser destacadas a partir da visão de vários autores. Suas perspectivas não apresentam grandes divergências e são,

em muitos aspectos, complementares.

Para Revell (2009, p. 189) embora houvesse uma paradigma tradicional da identidade romana expresso pela figura do indivíduo do sexo masculino, rico, adulto e nascido livre, ocorria também a adoção de outras formas de expressão da identidade romana a partir da convivência em espaços públicos, onde eram articuladas as relações de poder. A autora enfatiza que a identidade romana era construída e reconstruída nas relações cotidianas, no interior das estruturas sociais, no exercício das magistraturas e a partir das negociações dos administradores com os súditos do Império (REVELL, 2009, p. 3; 9; 155). Ela destaca também que ser romano era, antes de tudo, um discurso que variava em cada província, pois a romanidade era compreendida de diversas formas em cada região, de maneira que ser romano dependia da concepção de Roma em cada parte do mundo imperial (REVELL, 2009, p. 2-3). Portanto, ser romano não era um conceito constante, nem no espaço, nem no tempo; não havia uma romanidade autêntica, mas reproduções fragmentadas do poder romano; nenhuma comunidade detinha o monopólio da identidade romana (REVELL, 2009, p. 38).

Woolf (1994, p. 120), por sua vez, explica que os romanos tinham como característica a incorporação de outros povos em suas tradições, de maneira que sua identidade era baseada na participação em uma comunidade política e religiosa com costumes, valores e modos de vida comuns. E essa comunidade não era outra senão o mundo romano, onde o compartilhamento de hábitos era um fator de identidade, pois a identidade romana foi recriada dessa forma a partir do final da República e início do Principado, quando Roma estabeleceu as bases de seu império (GUARINELLO, 2014, p. 143). Assim,

A identidade romana deve,

entretanto, ser compreendida como uma construção social, na medida em que passou por transformações relacionadas à pluralidade de práticas culturais, acarretando contradições próprias aos circuitos culturais, a partir não apenas dos hábitos, mas das tensões e negociações advindas do viver, praticar e conceber em suas dimensões dinâmicas, históricas (BUSTAMANTE, 2006, p. 131).

Nessas negociações, sem dúvida, se colocava a identidade grega diante da identidade romana que, no Mediterrâneo oriental, contribuíram mutuamente para a construção da identidade imperial na região. Porém, essa identidade era marcada internamente pela alteridade, já que os oligarcas gregos aceitaram a dominação romana, mas, talvez como forma de resistência, reforçaram sua identidade helênica (GUARINELLO, 2014, p. 144). Assim, de certa forma, havia uma espécie de dupla identidade, pois as elites orientais mantiveram-se culturalmente gregas apesar de adotarem as diretrizes romanas nos âmbitos políticos e administrativos (CORTÉS COPETE, 2005, p. 420). Havia também conflitos internos por parte dos romanos nesse compartilhamento de identidades, pois, segundo Woolf (1994, p. 128), os gregos, mesmo utilizando coisas romanas não sentiram afetada sua identidade, ao contrário dos romanos quando adotavam itens de origem grega.

Devemos ressaltar também que a construção da identidade imperial tinha uma função de dominação no espaço governado por Roma. Ou seja, a presença de uma identidade mais ampla sobreposta às identidades locais podia funcionar como instrumento de controle social na medida em que havia uma hierarquização de modelos e condutas adequados para as práticas sociais e participação política. Nesse sentido, destaca-se uma observação de Ando (2010, p. 20), segundo a qual Roma teria se empenhado em desconstruir modelos pré-existent

de comportamentos sociais e econômicos com o objetivo de se resguardar de movimentos contra si oriundos de identidades locais, religiosas ou étnicas.

Uma forma de orientar os provinciais para aderirem à ordem social romana era a concessão de cidadania, o que contribuía para a formação da identidade imperial. Inclusive, a difusão dos direitos de cidadania desde a Guerra Social até o Édito de Caracala em 212 foi um fator expressivo das relações de identidade e alteridade no mundo romano na medida em que expandia a identidade romana, transformando-a em identidade imperial, acessível a camadas mais diversificadas de populações no mundo romano (WOOLF, 2012, p. 219). Assim, indivíduos herdeiros de variadas culturas encontravam na cidadania romana um notável elemento de identificação com os demais súditos do Império.

No caso do Oriente é importante ressaltar que “a elite grega considerava a cidadania romana um tipo de identidade pan-helênica” (ROSSI, 2009, p. 198). Todavia, devemos destacar a respeito do papel de controle social da construção da identidade romana, que no Oriente, assim como em outras regiões, a concessão de cidadania não era destinada a comunidades de forma integral, mas sim como gratificação para indivíduos fiéis a Roma, e que estivessem em condição de prover a manutenção da harmonia nas regiões provinciais sob sua influência (ANDO, 2000, p. 58).

A questão da integração imperial, além da ideia de identidade, traz também em seu bojo a noção de fronteira. Este não deve ficar restrito ao tradicional sentido de divisão entre estados, devendo considerar características mais subjetivas do conceito. Sem afastar completamente o sentido de bloqueio e separação devemos pensar a fronteira também como um espaço de contatos, acessos e consensos (GUARINELLO, 2010, p. 120). Assim,

fronteiras devem ser entendidas como ambientes, tanto físicos quanto mentais, em que são forjadas estratégias de convívio, de identidades e alteridades. E, em função da diversidade do Império, das várias culturas de que era composto, esses processos devem ser compreendidos a partir das articulações das fronteiras internas (GUARINELLO, 2014, p. 54).

Whittaker (2008, p. 294), por sua vez, propõe uma definição de fronteira que vem ao encontro do que foi descrito nas linhas anteriores. Para ele, fronteira não se trata de uma área ou linha, mas de um processo constante que nunca está concluído. Os pontos levantados por esse autor são bastante elucidativos para compreendermos a noção de fronteira em nosso período. Um deles destaca que os romanos herdaram dos gregos uma noção de fronteira na qual as barreiras físicas tinham menos importância que os elementos culturais, nela era marcante a distinção de seu helenismo dos costumes considerados bárbaros e não civilizados (WHITTAKER, 2008, p. 294).

Resultados

Enquanto na porção ocidental do Mediterrâneo podemos conceber mais claramente essa concepção no contexto da conquista devido às diferenças culturais entre os romanos e os povos conquistados, no Oriente, e principalmente no contato com os gregos, o quadro era menos simples. Naquela região o choque não foi drástico, pois a cultura romana era semelhante à grega, pela qual fora bastante influenciada. A urbanização e instituições cívicas municipais, que estavam entre as principais inovações romanas nas províncias ocidentais, eram elementos preexistentes no Oriente grego. Assim, apesar de os romanos terem também uma noção de fronteira baseada no discernimento entre concepções de civilização e barbárie, tal noção não fazia

sentido para suas relações com os gregos. Dessa forma, a compreensão de fronteira entre essas duas culturas precisa ser entendida em níveis mais tênues e ambíguos, ou seja, pautado menos em termos de diferenciação e mais em trocas e negociações.

Mas a concepção de fronteira dos romanos não foi apenas herdeira dos gregos. Ela também foi construída ao longo do processo de expansão, na medida em que Roma entrou em contato com os diferentes povos que passariam a compor seu Império. O entendimento consensual de que as conquistas romanas iniciaram-se não por motivos imperialistas, mas visando a proteção de suas fronteiras e seus aliados (NORTH, 1981, p. 1) pode ter contribuído tanto no processo de integração quanto no estabelecimento de relações internas mais permeáveis. Destacamos que no último século da República os romanos passaram a perceber melhor as possibilidades de suas conquistas para tributação, comércio e colonização (NORTH, 1981, p. 3), e a forma como fora conduzida a expansão trazia também vantagens. Pois, as alianças, a preservação de cidades conquistadas, o recrutamento das populações como tropas auxiliares, bem como a concessão de cidadania, estimularam mais a coesão do que a cisão no interior do império que se formava. De certa forma, antes do fim da República a sociedade romana já exercitara atitudes que passariam a favorecer o estabelecimento de formas de dominação e exploração a serem aplicadas e melhor aceitas no âmbito do mundo imperial. Em outras palavras,

O Império Romano, o maior que a Antiguidade conheceu, foi em grande parte o produto da conquista e de um esforço sustentado. Ele cresceu e se conservou durante mais de sete séculos graças a sua capacidade de organização e de assimilação dos povos a ele submetidos. O segredo do Império foi também, como

percebeu Pierre Grimal, “defender, ajudar as cidades e os homens que apelaram à proteção de Roma e assim se tornaram seus aliados, seus *socii*” (PEREIRA, 2004, p. 265)

Essa capacidade de adaptação passava por novas formas de teorizar o direito romano quanto à sua aplicação aos estrangeiros. As leis foram influenciadas pelo pensamento estoico que, seguindo as diretrizes das leis da natureza, as leis dos Estados deveriam ser comparadas. Ocorreu também o reconhecimento de Roma em relação aos estatutos cívicos de outras culturas. Tais transformações foram importantes na medida em que os romanos deixaram de travar relações apenas com cidade itálicas semelhantes a si, e passaram a lidar tanto em suas fronteiras quando no interior de seu império com povos que possuíam culturas, línguas e leis diferentes das suas (ANDO, 2008, p. 498-500). A propósito do papel do estoicismo no processo de assimilação das alteridades devemos ressaltar que o contato com ele se deu justamente com a expansão para o Oriente e com a recepção dos filósofos gregos no interior dos círculos políticos de Roma. Portanto, é significativo perceber que não havia nada de romano na filosofia imperial e que, além disso, ela originava-se nas margens do Império (AHBEL-RAPE, 2006, p. 528). Outro aspecto da expansão romana que também devemos observar é que ela se estendia sobre um número cada vez maior de cidades e essas, por sua vez expandiam suas próprias fronteiras dentro do império. Nesse sentido, falando especificamente das cidades gregas, outro autor aponta a condição delas sob o Império:

As cidades mantiveram sua autonomia, mas ao mesmo tempo tornaram-se parte de um novo mundo que se estendia muito além das fronteiras da península grega. O livre movimento de pessoas e de ideias sob a segurança do domínio

romano permitiu interação e mistura cultural, mas também a existência de uma cultura material urbana quase globalizada (EVANGELIDIS, 2015, p. 352)

Mas essa expansão interna das fronteiras não foi um fenômeno harmônico, pois, de forma interdependente, as cidades visavam o apoio para crescer e o reconhecimento de sua grandeza por parte do centro do Império. Assim, o mundo romano convivia com as rivalidades municipais. Para Roma, tratava-se de uma situação que não deveria ser suprimida, mas cuidadosamente controlada. Conflitos entre cidades ocorriam em geral em razão da busca de posições elevadas dentro de uma província por meio de concessões de benefícios fiscais e de direitos por parte de Roma. Rivalidades demasiadamente radicais trariam, decerto, complicações para a arbitragem romana, mas se elas fossem mantidas em níveis aceitáveis tinham uma função preventiva importante ao dificultar que cidades se unissem contra o poder imperial. Assim, as ambições das cidades levavam à rivalidade intermunicipal que funcionava como lubrificante e combustível do Império (LEVICK, 1979, p. 122), pois a estrutura administrativa e fiscal do mundo romano era baseada nas instituições urbanas e a emulação entre as cidades seria uma espécie de aprimoramento das potencialidades da ordem romana.

A cidadania romana, além de fator de identidade como vimos acima, também pode ser pensada como elemento constituinte de fronteiras internas no mundo romano na medida em que estabelecia distinções jurídicas e sociais entre os súditos do Império. Isso fica bastante claro se levarmos em consideração que “os imperadores concediam cidadania a indivíduos ou comunidades quando estavam convencidos de que atingiram um nível de romanização satisfatório” (MARTIN, 1996, p. 124). Isso significava que,

embora todos fossem súditos do mesmo império, alguns eram mais romanos que os outros. As fronteiras internas criadas a partir das distinções de estatutos jurídicos diferenciavam, inclusive, cidadãos de uma mesma cidade, pois com o advento do Império não era mais o território que definia os estatutos jurídicos, mas apenas o direito romano (SESTON, 1980, p. 6). Assim, os que estavam além da fronteira interna da cidadania romana, fossem indivíduos ou comunidades eram compreendidos como estrangeiros mesmo dentro do Império (ANDO, 2008, p. 500).

Considerações finais

A partir das informações aqui apresentadas podemos perceber que o conceito de identidade contemporâneo, construído para compreender aspectos do processo de globalização, é também pertinente para pensarmos o Império Romano, já que envolve, igualmente, trocas culturais, relações de poder e negociações entre centro e periferia. Em virtude disso, as identidades imperiais que atuavam no mundo romano eram marcadas por mudanças constantes e adaptações, impossibilitando o estabelecimento de uma única definição. E, embora tolerante com as alteridades, havia em torno da construção da identidade imperial aspectos de controle e dominação, bem como diretrizes para a participação política na ordem romana.

Da mesma forma, a concepção de fronteiras internas como espaços de acessos, consenso e trocas mostra-se adequado para orientar eventuais discussões sobre a integração provincial romana, sempre marcada por aspectos de controle e negociações. As experiências vividas pelo poder romano durante as conquistas ajudaram a transformar, no decurso da expansão, as antigas fronteiras externas em fronteiras internas marcadas por relativa tolerância e aceitação. Em paralelo, Roma soube controlar e conduzir a seu favor antagonismos nas

fronteiras internas criadas pela rivalidade entre as comunidades dentro do Império. Em relação às fronteiras entre romanos e gregos destacamos que eram locais de construção de identidades, onde eram atenuadas as alteridades, sendo marcados por ambiguidades e conciliações, logo se tratava de espaços em constantes reestruturações.

Referências

- AHBEL RAPPE, Sara. Philosophy in the Roman Empire. In: POTTER, David S. **A companion to the Roman Empire**. Oxford: Blackwell, 2006, p. 524-540.
- ANDO, Clifford. Imperial identities, In: WHITMARSH, Tim. **Local knowledge and microidentities in the imperial greek world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 17-45.
- _____. **Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- _____. Aliens, ambassadors, and the integrity of the empire. **Law and History Review Fall**. Vol. 26, N. 3, p. 491-519, 2008.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da Org. **Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006, p. 109-136.
- CORTÉS COPETE, Juan Manuel. *Paideía e Imperio: Uma reflexión sobre el valor de la cultura como fundamento del dominio imperial*. **Anuario de Historia virtual**. Año 6, N. 8, p. 10-30, 2015.
- EVANGELIDIS, Vasilis. Agoras and for a: developments in the central public space of the cities of greece during the roman period. **The annual of the British School at Athens**, vol. 109, p. 335-356, 2015.
- FRIGHETO, Renan & LEME, André Luiz. Introdução ao dossiê “Identidades e fronteiras no Mediterrâneo Antigo e Medieval”. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, vol. 20, n. 2, p. 50-52, 2016.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare nostrum**. N.º. 1, pp 113-127, 2010.
- _____. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.). **Política e identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-161.
- LEVICK, Barbara. Pliny in Bithynia – and what followed. **Greece & Rome**, vol. 26, n. 2, p. 119-131, 1979.
- MARTIN, Jean-Pierr. La citoyenneté dans l'Empire Romain au IIe siècle après J.-C. **IH**, vol. 58, p. 124-125, 1996.
- NORTH, J. A. The development of Roman imperialism. **The journal of Roman Studies**, vol. 71, p. 1-9, 1981
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Unité et pluralité culturelle: le paradigme de l'Empire Romain face aux défis de l'Union Européenne. **Máthesis**. N.º. 13, p. 265-275, 2004.
- REVELL, Louise. **Roman imperialism and local identities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ROSSI, Adrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho. Política e identidade nos discursos de Dion Crisóstomo. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (orgs.). **Política e identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 179-208.
- SESTON, William. La citoyenneté romaine. **Scripta Varia**, vol. 43 p. 3-18, 1980.
- WHITTAKER. C. R. Frontiers. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. (Ed.). **The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 293-319.
- WOOLF, Greg. **Rome: an empire's story**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- _____. Becoming Roman, Staying Greek: Culture, Identity and the Civilizing Process in the Roman East. **PCPhS** 40, 123, p. 116-143, 1994.